



ATA Nº 1/2021

Aos 7 dias do mês de abril de 2021, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se, para a primeira sessão ordinária do ano 2021, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Rosa Martins de Freitas Duarte e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre os assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Deliberar sobre a designação do júri de recrutamento transversal ao procedimento concursal para seleção e provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Divisão de Serviços Básicos e Ambiente;
3. Deliberar sobre os Cidadãos Eleitores designados pela Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da CPCJ;
4. Deliberar sobre as propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
5. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
6. Aprovar as atas.
7. Período intervenção do público.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim José Pinto Moreira. Esteve também presente a Vereadora Lurdes Ganicho.

Foi verificada a presença dos membros Maria Susana Gomes de Castro Valente, João Oliveira Passos, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Jorge Eduardo da Nave Pina, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, José Adolfo Carvalho Rocha, António José Borges Regedor, Henrique José Pedro Cierco, António Manuel de Sousa Andrade e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira e da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias.

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Assembleia Municipal Maria Filomena Maia Gomes por Isabel Maria Pinhal Resende e dos membros Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto por Vitor Dias Ruivo, Ricardo Bastos Sousa por Carlos Manuel Cardoso Loureiro, António Manuel Pinto de Oliveira por Margarida Maria Oliveira Ribeiro, Diogo dos Santos Pedrosa por Floriano Augusto de Oliveira Alves, António José Nunes Teixeira Lopes por Fernanda Maria Ferreira Guedes Bastos, Jorge Manuel de Oliveira Carvalho por Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a reunião, com um ponto de ordem apresentado pelo Vogal António Regedor (PMG) que referiu que, se as sessões da Assembleia não eram transmitidas em direto para os cidadãos, era porque alguém não queria, o que considerava um défice de democracia na cabeça de algumas pessoas. Acrescentou que existiam outros espaços para a realização das reuniões, que não eram utilizados, confinando-os num espaço inadequado.

Presidente da AM em exercício respondeu que, relativamente à disponibilização de outra sala, disse que a Mesa da Assembleia nunca fez o pedido à Câmara Municipal, mas que iria fazê-lo por escrito. Relativamente à transmissão em direto, disse que entendia que as Assembleias Municipais deviam ser transmitidas em direto e que, tendo feito o pedido, naquele sentido, ao Sr. Presidente da Câmara, o mesmo entendeu que não era obrigatório, tendo sido recusado. Informou ainda que seria feito novo pedido à Câmara no sentido de disponibilizar uma sala no Centro Multimeios ou no FACE, ou noutra edifício municipal para a realização das sessões da Assembleia Municipal e ainda a disponibilização dos meios para que as sessões fossem transmitidas em direto.

A reunião prosseguiu com o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos com os seguintes documentos:

Jorge Pina (PS): Voto de Pesar "Faleceu no passado dia 3 de abril, aos 74 anos, o nosso camarada e amigo Silvaldense Antenor de Sá Pereira. Homem de causas nobres, idealista e grande defensor da Democracia, a freguesia que viu nascer e o concelho perderam um homem respeitado, conversador nato, simples e amigo do seu amigo. Socialista, a sua militância e bem querer à sua freguesia e ao concelho que conhecia profundamente, nos seus aspetos sociais e económicos, frutos da atividade que sempre desenvolveu, fê-lo estar disponível para integrar a Assembleia de



Freguesia e a Assembleia Municipal, onde se evidenciou pela sua preocupação pelos seus concidadãos e com as suas condições de vida. À família e aos amigos enlutados, a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária aos 7 de abril de 2021, endereça a nota da sua gratidão e os votos de pesar pelo desaparecimento do seu ente querido.”

De seguida fez-se um minuto de silêncio

Votação: aprovado por unanimidade

Ana Rezende (CDU):” Saudação 25 de Abril: O 25 de Abril é uma data inolvidável para a esmagadora maioria dos portugueses que, naquele dia de 1974, passaram a conhecer o sistema democrático, motor de desenvolvimento e de livre expressão da vontade coletiva. O Movimento das Forças Armadas, de cravos nas G-3, tomou o poder, aniquilando as forças militares e para-militares ainda fiéis ao estado fascista português, alicerçado e construído sob o exemplo do fascismo italiano de Mussolini, desde a “Carta del Lavoro”, que oprimiu toda a organização laboral e sindical, às instituições mais negras do regime de Salazar e Caetano, como a PVDE/PIDE/DGS, as prisões políticas e o Campo da Morte do Tarrafal, a Censura, a Legião ou a Mocidade Portuguesa. Foi o 25 de Abril que nos veio trazer direitos – hoje tão óbvios! – como as férias, a segurança social, o SNS, os subsídios de férias, o divórcio, etc. Com a insubstituível acção do MFA – que veio provar como válida a tese defendida pelo PCP, agora comemorada no seu Centenário, da indispensabilidade do uso da força para o derrube do irremediável regime fascista – as massas populares avançaram em força nas lutas e reivindicações laborais e sociais, obrigando o poder político de então a segui-las e a respaldar legalmente a *posteriori* as conquistas populares feitas no terreno, nomeadamente através da Constituição de 1976. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 7 de abril de 2021, saúda a data de 25 de Abril de 1974 – a Revolução dos Cravos -, exorta os Espinhenses a celebrá-la de maneira activa e a manter viva a chama de Abril no seu dia-a-dia de cidadãos participativos na sociedade democrática portuguesa.”

Votação: aprovada por unanimidade

Ana Rezende (CDU):” Saudação 1º de Maio: “A Assembleia Municipal de Espinho, reconhecendo que os trabalhadores portugueses continuam a ter dos mais baixos salários da União Europeia e da Europa; usufruem de condições laborais muito frágeis e injustas, nomeadamente a grande precarização de vínculos laborais, com especiais

consequências negativas nos jovens e nas mulheres; têm vindo a sofrer graves prejuízos decorrentes da crise sanitária, sendo as primeiras vítimas das más condições de protecção ao SARS-CoV2 nos transportes públicos, em muitos locais de trabalho ou nas próprias condições de habitação; têm vindo a ser objeto de agravamento das condições de vida, nomeadamente no lay-off, no recurso ao teletrabalho e com a manutenção domiciliar dos filhos em ensino à distância, muitas vezes sem condições tecnológicas mínimas e sem espaço físico e social adequado a ambas as atividades; têm sido vítimas de mais redução de direitos, regalias e salários, com argumentos falsamente apoiados na crise sanitária, por parte de empresários menos escrupulosos, auxiliados por uma vergonhosa campanha mediática difusora de irracional pânico generalizado; herdaram uma situação muito desfavorável a nível de direitos laborais – fruto do retrocesso neo-liberal que pautou as últimas décadas e que a actual pandemia pôs a nu de maneira dramática – e necessitam de medidas de emergência que os defendam como elo mais fraco da crise sanitária e social que vivemos e que se poderá agravar ainda com o fim das moratórias. Lembrando a importância dada pela nossa Constituição a um emprego com direitos, a um salário digno e a um horário que assegure a conciliação da vida profissional com a familiar, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 7 de abril de 2021, saúda todos os trabalhadores por mais um aniversário do Primeiro de Maio, data muito querida ao movimento internacional dos trabalhadores que, ao longo dos anos, têm tido uma luta pertinente por melhores condições de vida, trabalho e bem-estar social e manifesta-lhes a sua fraternidade e confiança no futuro onde uma nova e diferente política permitirá a construção de uma sociedade justa, sem exploração do homem pelo homem.”

Votação: Aprovada por unanimidade

Declaração de Voto: “O Grupo Municipal do Partido Socialista junto da Assembleia Municipal de Espinho, sempre fez seu timbre o de, no momento da votação, atender ao teor concreto das deliberações e não (ou pelo menos, o menos possível) ao teor dos considerandos que as possam anteceder. Obviamente, sendo o Partido que sempre esteve ao lado dos Trabalhadores em toda as comemorações do Primeiro de Maio, desde o primeiro Primeiro de Maio que se pôde comemorar em Liberdade neste país, não poderíamos deixar de votar favoravelmente uma saudação a esta data, aos Trabalhadores e aos movimentos sindicais e socioprofissionais que lutam por um mundo melhor nas condições de trabalho. Não deixamos, porém, de sentir a necessidade de afirmar publicamente – e daí a presente declaração de voto – o nosso



repúdio de instrumentalização da comemoração de uma efeméride essencial para a nossa vivência comunitária como é o Primeiro de Maio para dar cobertura política a teorias negacionistas da realidade pandémica por que passa o nosso país e ao desrespeito pelos médio, pequenos e microempresários que, de há um ano a esta parte, tudo fizeram e continuam a fazer para gerar condições de higiene e segurança aos seus trabalhadores e clientes, com prejuízo sério para a sua atividade e investimento. Deixamos, assim, público o nosso repúdio à maioria dos considerandos que antecedem a parte deliberativa da saudação que a Assembleia Municipal acaba de votar, saudando, porém, e evidentemente todos os Trabalhadores do Concelho de Espinho e acompanhando-os no desejo de que nunca o Primeiro de Maio, os Trabalhadores e os que lutam pelos seus direitos sejam desconsiderados.”

Ponto 2. Deliberar sobre a designação do júri de recrutamento transversal ao procedimento concursal para seleção e provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Divisão de Serviços Básicos e Ambiente

Tendo o Presidente da Câmara Municipal prescindido da apresentação do documento, a Presidente da Mesa em exercício passou a palavra ao vogal João Carapeto (PS) que referiu que, caso a Vereadora Lurdes Ganicho se mantivesse como Presidente de júri, o PS votaria contra, por entender que a lei era clara naquela matéria, procedendo à leitura do seguinte parecer, de 2014, da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo: *“que na composição do júri de recrutamento de cargos de direção intermédia será de excluir a possibilidade dos vereadores do município serem membros do júri, já que os nºs. 3 e 4 do artigo 21 da Lei 2/2004 de 15 de janeiro determina que o júri de recrutamento para os cargos de direção intermédia seja constituído essencialmente por dirigentes e que o legislador teve em vista a criação de um sistema independente de recrutamento e seleção de titulares destes cargos, assegurando efetivas condições de igualdade e liberdade de acesso a tais cargos e o respeito pelos princípios da competência, imparcialidade e transparência, com o objetivo de promover o mérito e de despartidarizar os aparelhos do estado e que os membros do júri são propostos pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal”*.

Não havendo mais nenhuma intervenção foi feita a votação, tendo o documento sido aprovado com 13 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções.

Ponto 3. Deliberar sobre os Cidadãos Eleitores designados pela Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da CPCJ

Foram apresentadas duas listas designadas por Lista A e Lista B, tendo, a primeira sido apresentada pelos vogais do PSD, PS, BE, PMG, Presidentes das Juntas de Freguesia de Espinho, Paramos, Silvalde e Anta e Guetim e vogal independente Henrique Cierco, composta pelos cidadãos eleitores Américo Castro Pinto dos Santos, Rosa Maria Milheiro Couto e José Dinis Pinto e a segunda apresentada pela CDU, composta pelos cidadãos eleitores Rosa Maria Milheiro Couto, José Dinis Pinto e Maria Pilar Moreira Gomes Pinto Bastos.

A vogal Ana Rezende (CDU) pediu a palavra para dizer que, inicialmente, a CDU ia indicar apenas a Prof. Maria Pilar, mas que, tendo percebido que o PSD tinha uma lista com dois nomes, uma vez que o Sr. José Dinis foi reconduzido num segundo mandato, também apresentou uma lista. Disse ainda que houve conversações para ser apresentada uma única lista, mas não tendo recebido acolhimento unânime, acabando outros grupos municipais por subscrever a proposta do PSD, retirava a sua proposta, acrescentando que, apesar da votação ser efetuada por escrutínio secreto, a CDU abster-se-ia na votação.

A Presidente da Mesa esclareceu que ficava apenas a lista A em votação.

Votação: A lista A foi aprovada, por escrutínio secreto, com 20 votos a favor e 5 abstenções.

Ponto 4. Deliberar sobre as propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia

João Carapeto (PS): "RECOMENDAÇÃO: Considerando que: 1. Segundo dados do IMT, em 2019 foram matriculados 90.532 veículos elétricos ou híbridos, dos quais uma parte significativa (cerca de 30%) são veículos exclusivamente elétricos; 2. De acordo com dados da associação de revendedores de veículos automóveis, no ano de 2020, dos veículos automóveis vendidos em Portugal, 11% eram elétricos; 3. Os mesmos dados revelam que Portugal é o quarto país da Europa onde mais veículos automóveis elétricos e híbridos foram vendidos nesses dois anos; 4. Se prevê que, no âmbito dos esforços de descarbonização no seio da Europa, em 2030 devam existir mais de 650.000 veículos elétricos e híbridos apenas em Portugal, estimando-se que perto de 50% dos veículos em circulação na Europa seja desta concreta tipologia; por outro lado; 5. As recomendações da Comissão Europeia vão no sentido de apontar como boa prática a instalação de um posto de carregamento por cada dez veículos elétricos ou híbridos em circulação numa determinada área geográfica; 6. A mobilidade elétrica



está afirmada e em franco crescimento, sendo patente na Área Metropolitana do Porto uma aposta séria no crescimento de números de locais de carregamento e de tomadas para o efeito; 7. Espinho apenas tem um posto de carregamento; 8. A cidade encontra-se a ser objeto de profundas obras, sendo todas elas mais ou menos justificadas com a necessidade de “descarbonização” do concelho, o que é potenciado pela criação de ciclovias; 9. Em nenhum dos projetos que se encontra em execução terá sido projetada a criação de estruturas dessa natureza, dotando alguma ou algumas das vias intervencionadas de postos e locais de carregamento de veículos elétricos; 10. Mesmo prevendo que seja já impossível acrescentar às intervenções já em curso a necessária aproximação da cidade à mobilidade elétrica, é de todo o interesse que o concelho (no seu todo) se adequa aos tempos modernos e se prepare para um futuro em que se prevê que metade dos veículos em circulação sejam elétricos ou híbridos; 11. Tal deve ser planeado e programado atempadamente e de forma coerente; 12. A Assembleia Municipal de Espinho não pode ficar alheia, no âmbito das suas competências, à apresentação de propostas que permitam esse desiderato. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em Sessão Ordinária em 7 de abril de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal que: – na medida do tecnicamente possível, desde já e aproveitando as obras de requalificação em curso (ruas 19, 20 e 33, sem prejuízo das demais aparentes), diligencie no sentido de a Cidade de Espinho poder ser dotada de pontos de carregamento de veículos elétricos e híbridos; e – seja alargada a todo o concelho a instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos; – elaborando-se para o efeito um plano de instalação, em todo o concelho, de pontos de carregamento de veículos elétricos e híbridos, que satisfaça as necessidades atuais e as que previsivelmente se verificarão nos próximos anos nessa matéria.

Ana Rezende (CDU) referiu que a CDU não tinha qualquer objeção de fundo ao documento, pesasse embora que era uma “modinha” que tinha de ser repensada porque tinha consequências. Disse que era uma mistificação que os veículos elétricos não causavam poluição, desde logo pela questão das suas baterias. Acrescentou que, com certeza, haveria explicações técnicas para que pontos de carregamento não tivessem sido incluído naquela obra de requalificação.

Vereadora Lurdes Ganicho (CME) explicou que existia um posto de carregamento junto à Rua 11 que estava a funcionar e entregue ao concessionário por via do concurso público que o Governo lançou para a sua exploração. Disse que o município tinha um

estudo para instalação de outros postos de carregamento, cujos locais tinham de ser estrategicamente definidos pelos pontos de interesses e cruzamentos da cidade e devidamente concertados com a EDP por dependerem da potencia energética disponível no local e esclareceu que as bicicletas elétricas não se carregavam naquelas instalações por terem potencias distintas.

António Regedor (PMG) disse que a mudança de paradigma era muito mais do que o combustível utilizado pelo automóvel, era a mudança para uma mobilidade mais suave combinada com transporte público. Disse que, em percursos até 5 km, estava cientificamente provado que o automóvel era dispensável e preferível a mobilidade suave, como a bicicleta elétrica, referindo que, naquela perspetiva, o automóvel apenas mudava na sua alimentação energética, não sendo mudança de paradigma, de solução, trocar o automóvel com motor de combustão de explosão pelo automóvel com motor elétrico. Disse que a mudança de paradigma implicava redução da quota de utilização do automóvel em favor de outras formas de mobilidade. A mudança no combustível do automóvel também era importante visto que Portugal não possuía petróleo, mas tinha formas alternativas de produzir energia, como o sol, o vento, as marés. Referiu ainda que toda a locomoção tinha impacto ambiental, e que o motor elétrico também, com mais ou menos impacto, dependendo da fonte primária utilizada. Disse que inevitavelmente teriam de preparar a cidade para o elétrico, tendo de ousar mais nas ciclovias, na mobilidade suave, no melhoramento e modernização da linha do Vouga que estava separada do ponto de conexão com a linha do Norte. Referiu que Câmara estava no caminho, mas de uma forma ainda muito mitigada, e que devia ser capaz de fazer auto-produção de energia para consumo nos edifícios municipais.

Jorge Pina (PS) referiu que a maioria dos fabricantes de automóveis na Europa já anunciaram que, para o ano, produziriam carros elétricos ou híbridos. Que no Porto, e em muitos concelhos, a maioria dos autocarros já eram elétricos. Disse que o conservadorismo de alguns países e o interesse nas energias fósseis levava à continuação da poluição. Acrescentou que, quando os fabricantes de automóveis conseguissem equiparar o preço dos automóveis elétricos ao dos automóveis atuais, estes últimos deixariam de ser vendidos.

António Andrade (BE) disse que as potencias disponibilizadas pela EDP estavam assoberbadas pela utilização doméstica e comercial e a capacidade dos postos de transformação estavam, muitas vezes, no limite; que um posto de carregamento



automóvel requeria potencia e amperagem elevada o que pressuponha cablagens mais fortes entre outras técnicas devidamente planeadas com o distribuidor de energia. Referiu que mais utilização de energia elétrica também provocava mais poluição porque tinham de ir buscá-la a algum lado, fosse às barragens hidroelétricas ou térmicas ou às eólicas, para além do problema das baterias de lítio, embora concordasse que deviam existir mais postos de carregamento elétricos em Espinho.

Ana Rezende (CD) Disse que tinham de desmistificar em que consistia aquela questão do elétrico e que sendo a tendência do mercado a diminuição dos preços dos veículos elétricos, evidentemente que poderia passar a ser o modo de locomoção da grande maioria das pessoas, fazendo, no futuro, todo o sentido que se alargasse os postos de carregamento, mas que era necessário chamar a atenção para os lobbies do elétrico e das energias alternativas.

João Carrapeto (PS) disse que aquela questão não era só uma “modinha”, fazendo notar que no concelho de Vila Nova de Gaia, verificou-se um aumento brutal da venda de carros elétricos na zona próxima da Avenida a partir do momento que passaram a existir postos de carregamentos. Acrescentou que era preciso programar e perspetivar a cidade para o futuro, tendo-se perdido já uma oportunidade de fazê-lo junto com as requalificações em curso.

António Regedor (PMG) disse que quando estavam a pensar melhorar energeticamente o concelho tinham de pensar na otimização energética no seu todo e que devia existir um plano para utilização das coberturas dos edifícios para produção energética fotovoltaica. Disse que produzir mais energia elétrica não significava mais poluição, mas que deixavam de consumir petróleo, carvão ou gás natural e passavam a produzir outra, mudando-se a fonte de energia.

Votação: aprovado com 14 votos a favor e 11 abstenções.

Ponto 5. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal

Presidente da Câmara Municipal disse que prescindia da apresentação do documento, tendo a Presidente da Mesa passado a palavra aos vogais para perguntas.

Ana Rezende (CDU) perguntou, na sequência da aprovação na Assembleia Municipal, da Moção do suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade, o que a Câmara Municipal já tinha feito naquela matéria, nomeadamente sobre a

atribuição daqueles subsídios e sobre os critérios adotados para a seleção dos trabalhadores que tinham direito àquele subsídio. Disse que as condições de segurança para os peões, em particular para os idosos e para as pessoas que tinham a sua mobilidade condicionada, nas obras que estavam a ser efetuadas na cidade, ficavam muito aquém do desejável e perguntou se já procuraram interpelar os empreiteiros para aquela questão. Perguntou em que fase se encontrava o processo de requalificação da Linha do Vouga. Sobre a reabertura do posto de saúde da Marinha e da Urgência Básica do Hospital de Espinho, perguntou quais as medidas que o executivo municipal tinha tomada com vista à concretização daqueles desideratos. Disse que tendo sido aprovado na Assembleia Municipal a moção de Reposição das freguesias de Anta e Guetim, perguntou em que pé o executivo, no âmbito da sua influência, conseguia levar a questão a bom porto

António Andrade (BE) perguntou, sendo que Espinho era fértil em realizações culturais, festas de verão, e tendo sido todas canceladas desde o início da pandemia, levando a que o município não gastasse verba com aqueles eventos e existindo coletividades que, com dificuldade, continuavam a suportar as suas despesas, se a Câmara pensou, de alguma forma, em minimizar o sofrimento das coletividades e profissionais da cultura, como técnicos, músicos, atores, etc., que ficaram sem proventos.

António Regedor (PMG) perguntou de quem era a responsabilidade de degradação da Rua do Porto, em frente ao novo quartel dos Bombeiros até ao cruzamento da rua para o Complexo de Ténis. Perguntou ainda qual foi a receita arrecadada pela venda das árvores abatidas, ou o que foi feito daquelas árvores, e também qual a receita prevista para as árvores que continuavam a ser abatidas em todo o concelho.

Presidente CME sobre o suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade, respondeu que estavam a elaborar a listagem, de acordo com as funções de cada trabalhador e o trabalho que prestavam na autarquia, sendo que o atraso decorria de problemas de interpretação da própria legislação, esclarecendo que a atribuição do subsídio teria efeitos retroativos. Relativamente às acessibilidades e mobilidade para peões, disse que tinha havido uma preocupação constante, por parte da Câmara, de acompanhamento diário das empreitadas para colmatar falhas, reconhecendo que havia empreiteiros mais atentos do que outros, mas que não era possível fazer empreitadas daquela natureza, com aquela dimensão, com alterações no subsolo e no solo, e em curto espaço de tempo, sem causar alguns transtornos,



acrescentando que nas áreas intervencionados não haveria necessidade, nos próximos 50 anos, de novas intervenções. Sobre o processo de requalificação da Linha do Vouga, disse que responderia no final. Quanto ao posto de saúde da Marinha, disse que tinha havido avanços e recuos quanto aos termos de um protocolo que estava a ser celebrado relacionado com instituição de obras de alteração e de reabilitação da USF Mar à Vista, sendo que o município colocou como condição que as obras seriam realizadas desde que extensão da Marinha estivesse de facto a funcionar. Sobre a reposição das freguesias, disse que não havia quadro legal, sendo que a vontade expressa dos órgãos do município era muito clara, defendendo a reposição. Fez notar que, o atual governo, no poder desde 2015 que tinha como bandeira a reversão daquela medida, nada fizera até ao momento, referindo ainda que o líder do PS e atual primeiro-ministro, enquanto Presidente da Câmara de Lisboa, foi o precursor da fusão de freguesias em Lisboa, sendo um defensor da fusão de freguesias, colocando um travão sempre que alguém pretendia avançar com o processo de reposição. Considerava que era uma falta de vontade política do governo e dos partidos que o sustentavam. Respondendo ao vogal António Andrade disse que os artistas, as coletividades, as associações, etc. estavam a passar grandes dificuldades, mas que era uma falácia referir que a Câmara poupava por não realizar eventos dado que aquelas verbas foram afetadas a muitas medidas de apoio social que a Câmara implementou, designadamente o apoio ao comércio, a isenção de taxas na Feira, redução e isenção de rendas. Disse que não tinha ali dados para medir o impacto financeiro da diminuição das receitas na Câmara Municipal. Disse que os agentes das artes e espetáculos tinham mecanismos de apoio criados pelo ministério da cultura. Disse que as coletividades do concelho, apesar da não realização de espetáculos, não viram os apoios diminuídos, tendo a Academia de Música de Espinho, a Cooperativa Nascente e o FEST recebido um reforço de 15 mil euros cada. Respondendo ao Vogal António Regedor disse que o dano na Rua do Porto foi causado pela EDP, pela Lusitaniagás e pela própria Câmara Municipal, sendo que a Rua seria repavimentada na próxima semana. Relativamente à segunda questão, disse que se consultasse o portal BaseGov estavam publicados todos os contratos das empreitadas de obras públicas. Sobre a questão da linha do Vouga, disse que o Município de Espinho aderiu, há alguns anos, à Associação de Municípios Terras de Santa Maria que sempre defendeu a sua modernização e a requalificação no troço entre Oliveira de Azeméis e Espinho, defendendo a alteração para bitola larga, a alteração do traçado para diminuição do tempo da viagem entre Oliveira de Azeméis e Espinho, que a via fosse

eletrificada, que os apeadeiros fossem reposicionados de acordo com a demografia atual, com construção de parques de estacionamento para permitir que as pessoas deixassem os seus veículos, a substituição do material circulante e que a linha do Vouga desaguasse em Espinho, dado que os estudos demonstravam que, pelo menos 50% dos utilizadores daquela linha, faziam-no para chegar a Espinho, fosse para turismo, para compras ou para entrarem nos comboios na linha do norte; Que existiam duas alternativas: manter o troço igual, com a estação do Vouga como estava e depois, para fazer interseção com a linha do norte, construir um elevador que permitisse, a meio caminho entre a estação da linha do Vouga e a estação da Linha do norte, conduzir as pessoas até à Linha do Norte, ou, conforme previsto no PDM, fazer uma linha que começasse no apeadeiro do Monte em Paramos, desativando a linha atual e fazendo uma nova com ligação ao apeadeiro de Silvalde, criando-se ali um interface para quem quisessem seguir na linha do norte ou para a cidade. Fez notar que, há pouco tempo, o Ministro das Infraestruturas surpreendera os Presidentes das Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e de Espinho com a notícia de que tinham intenção de requalificar toda a linha, dispondo de 100 M€, mantendo a bitola métrica atual, sem eletrificação e transformando as velhas carruagens a diesel para carruagens movidas a hidrogénio, acrescentando que as quatro Câmaras Municipais ainda não tomaram uma posição política sobre aquela matéria.

Ana Rezende (CDU) disse que tinha ideia que já tinha sido feito um estudo de viabilidade do projeto para que a linha de Oliveira de Azeméis fosse a Matosinhos e ao Aeroporto

Presidente CME respondeu que o único estudo de viabilidade sobre a requalificação da linha do Vouga foi encomendado pela Associação Terras de Santa Maria à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto para estudo dos vários cenários da requalificação da linha do Vouga nos termos pretendidos pela Associação. Disse ainda que estavam a negociar com as Infraestruturas de Portugal a realização de dois estudos que, face a mudança de postura do Governo, estavam em banho-maria, sendo que um deles era o estudo do impacto da construção da nova linha, da alteração da bitola ibérica e um estudo mais atualizado.

Para a apreciação da informação escrita, interveio o vogal António Regedor que referiu que, em nenhum país civilizado, se fazia uma obra sem que houvesse passadiços para as pessoas acederem às casas, estabelecimentos ou garagens. Disse que a cidade



estava cheia de obras naquele momento porque em 12 anos, o Presidente da Câmara não fizera rigorosamente nada, sendo que já se sabia, há muito tempo, que as canalizações precisavam de substituição. Referiu que a segurança das pessoas era de respeitar em primeiro lugar e não o interesse do empreiteiro, que as obras foram feitas sem o mínimo de respeito pelas pessoas. Sobre a CP, disse que nos últimos tempos, tinha-se verificado um enorme trabalho de recuperação do material de tração e das carruagens, fazendo notar que a linha do Vouga merecia mais atenção porque era demasiada importante para ligar o interior ao litoral, sendo que Espinho ficaria a ganhar no conjunto da reabilitação daquela linha.

Ponto 6: aprovar a atas 9/2020; 10/2020; 11/2020

As atas foram aprovadas por unanimidade, tendo participado na votação apenas os membros que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício.

Não havendo intervenções por parte do público, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício,

A Funcionária Municipal,
